



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
Comitê Gestor Regional de priorização do 1º grau de jurisdição

PROCESSO Nº 2019.0.000041449-2

ATA DE REUNIÃO

Data	18/11/2022 – sexta-feira
Início	14h
Fim	15h50
Local	Virtual - Zoom

1. Participantes:

Nome	Unidade
Dr. André Cortes Vieira Lopes	Desembargador Eleitoral - Presidente do Comitê
Carina Alvarenga Palmeira	Servidora - 090ª Zona Eleitoral
Élida Soares da Rocha Tavares	Servidora - 129ª Zona Eleitoral
Fábio Stellit Gentil	Servidor - 035ª Zona Eleitoral
Pablo dos Santos Lima de Barros	Servidor - VPCRE

1.2 Convidados.

Nome	Unidade
-------------	----------------

Dr ^a . Rita de Cássia Vergette Correia Aidar	Representante da Amaerj - Juíza da 162 ^a Zona Eleitoral
Sueli Catib	Representante da Corze - Servidor da 127 ^a Zona Eleitoral
Victor Hugo Teixeira	Representante do Sisejufe - Servidor da 075 ^a Zona Eleitoral

2. Pauta:

I - Calendário de Reuniões do CGR 2023

II- Requisição

- Regulamentação do §2º, art. 6º, Resolução-TSE nº 23.523/2017 (acrescido em 2021 pela Resolução-TSE nº 23.643), que trata da PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA da requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral em ano eleitoral;
- Requisição de servidores para as Zonas Eleitorais, especialmente para as que possuem atribuições específicas (ex. análise e julgamento de prestações de contas), com amparo na Resolução TSE nº 23.523/2017. A "lotação ideal" está muito defasada e nem de longe atende às demandas rotineiras de vários cartórios.

III - Celebração de ACORDO DE COOPERAÇÃO ou CONVÊNIO entre TRE/RJ e Governo do Estado do Rio de Janeiro visando cessão pela PMERJ de policiamento continuado para regiões de zonas eleitorais que possuem concomitantemente CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR — CAE e POLO DE CARGA PERMANENTE DE URNAS ELETRÔNICAS

IV - Planejamento estratégico visando as Eleições 2024:

- a) Polo de urnas eletrônicas:** contratação dos Técnicos de Urnas pelo menos 15 dias antes do início do prazo para realização das audiências de inseminação. Neste ano, não houve tempo hábil para que efetuassem ao menos um ciclo de conferência das urnas. Já houve eleição em que todas as urnas foram testadas e conferidas por três vezes antes da inseminação, o que garantia um número menor de urnas com problemas nas seções no dia do pleito.
- b) Fiscalização da propaganda eleitoral:** celebração de convênio entre o TRE/RJ e o Comando-Geral da Polícia Militar, a fim de possibilitar a formação de equipe unívoca para desempenhar a fiscalização, com PMs indicados pelos Juízes Eleitorais. A maioria dos Chefes de cartório relataram problemas com PMs em regime adicional de serviço (RAS).
- c) Proibição de abertura de curso obrigatório durante o período eleitoral,** a não ser que haja pertinência temática com o pleito que se avizinha (ex. multiplicador de mesários, coordenação de Polo, etc).
- d) Disponibilizar os materiais do "kit eleições" com antecedência,** a exemplo do que ocorreu em 2020.
- e) Priorizar aquisição de equipamentos realmente necessários para a consecução do pleito.** O Kit JE Connect, para a maioria dos cartórios eleitorais, não demonstrou utilidade. Ao passo que não houve aquisição de leitor óptico para conferência de entrada e saída de UEs dos Polos, de excelente custo-benefício.

V - Mapeamento participativo da estrutura física das unidades Cartorárias, a fim de identificar inconformidades com padrões mínimos de funcionamento, estabelecidos pelas próprias unidades técnicas do Tribunal, a exemplo de tamanho mínimo dos imóveis onde funcionam os juízos, viabilizando a propositura de soluções para os problemas levantados. Muitos Cartórios funcionam, atualmente, em unidades menores do que o apropriado e em condições de latente insalubridade, a exemplo de banheiros impróprios para uso.

VI - Integração dos sistemas de diligências com o PJe, de acordo com convênios já firmados pelo CNJ, a exemplo do SISBAJUD.

VII - Novos campos de preenchimento no RAE:

a) Com a reabertura do cadastro eleitoral no dia 08/11, os servidores ficaram surpresos com a inclusão dos campos de preenchimento obrigatório: identidade de gênero, intérprete de libras, raça ou cor, etnia, língua indígena, quilombola e língua quilombola. Não houve informação nem orientação oficial quanto à disponibilização desses campos. Sobre o campo "identidade de gênero", vários chefes de cartório e servidores relataram certo constrangimento para efetuar a pergunta aos eleitores, sendo que a maioria dos eleitores que foram perguntados também demonstraram constrangimento e/ou desconfiança sobre a questão. Nos estritos limites de um cadastro eleitoral não vislumbramos o motivo de tais perguntas obrigatórias. O direito resguardado e garantido é o da cidadania. E na Carta Magna, esses assuntos não estão entre os requisitos para ser cidadão. Caso haja argumentação plausível para que esses campos continuem, não deveriam estar entre os de preenchimento obrigatório, como ocorre com o campo para marcação de deficiência e seção especial.

b) Campo "CONTATO" com as perguntas:

- Aceita receber mensagens eletrônicas da Justiça Eleitoral no celular?

- Aceita receber e-mail da Justiça Eleitoral?

Isso inviabiliza boa parte das convocações para os trabalhos eleitorais, que foram massivamente realizadas no território nacional ou por whatsapp ou por e-mail.

VIII - Sugestões de cursos relacionados às atribuições exercidas pelos servidores dos Cartórios Eleitorais, a fim de melhorar o desempenho do 1º Grau.

3. Descrição da reunião.

O Presidente do Comitê, o Dr. André Cortes, iniciou a reunião dando seguimento a pauta previamente divulgada:

I - Calendário de Reuniões do CGR 2023

Breve descrição do que foi debatido:

O Secretário do CGR, Sr. Pablo, apresentou a proposta de Calendário de reuniões do CGR para o ano de 2023, com as seguintes datas previstas: 16/02, 12/05, 11/08 e 10/11.

Deliberação:

A proposta foi aprovada pelo CGR.

II- Requisição

- Regulamentação do §2º, art. 6º, Resolução-TSE nº 23.523/2017 (acrescido em 2021 pela Resolução-TSE nº 23.643), que trata da PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA da requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral em ano eleitoral;
- Requisição de servidores para as Zonas Eleitorais, especialmente para as que possuem atribuições específicas (ex. análise e julgamento de prestações de contas), com amparo na Resolução TSE nº 23.523/2017. A "lotação ideal" está muito defasada e nem de longe atende às demandas rotineiras de vários cartórios.

Breve descrição do que foi debatido:

O itens foram apresentados pela Servidora Elida e debatido entre os participantes do comitê.

Encaminhamento:

Solicitar a PR a regulamentação no TRE/RJ do §2º, art. 6º, Resolução-TSE nº 23.523/2017 (acrescido em 2021 pela Resolução-TSE nº 23.643), que trata da PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA da requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral em ano eleitoral;

Solicitar que atualização da lotação ideal das Zonas Eleitorais com base no DFT para posterior suplementação com servidores requisitados, estagiarios e terceirizados.

III - Celebração de ACORDO DE COOPERAÇÃO ou CONVÊNIO entre TRE/RJ e Governo do Estado do Rio de Janeiro visando cessão pela PMERJ de policiamento continuado para regiões de zonas eleitorais que possuem concomitantemente CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR — CAE e POLO DE CARGA PERMANENTE DE URNAS ELETRÔNICAS**Breve descrição do que foi debatido:**

O tema foi debatido entre os integrantes.

Deliberação:

Solicitar a celebração do acordo de cooperação, incluindo também as Zonas Eleitorais que tiveram casos recentes de arrombamentos.

IV - Planejamento estratégico visando as Eleições 2024:

a) Polo de urnas eletrônicas: contratação dos Técnicos de Urnas pelo menos 15 dias antes do início do prazo para realização das audiências de inseedinação. Neste ano, não houve tempo hábil para que efetuassem ao menos um ciclo de conferência das urnas. Já houve eleição em

que todas as urnas foram testadas e conferidas por três vezes antes da inseminação, o que garantia um número menor de urnas com problemas nas seções no dia do pleito.

b) Fiscalização da propaganda eleitoral: celebração de convênio entre o TRE/RJ e o Comando-Geral da Polícia Militar, a fim de possibilitar a formação de equipe unívoca para desempenhar a fiscalização, com PMs indicados pelos Juízes Eleitorais. A maioria dos Chefes de cartório relataram problemas com PMs em regime adicional de serviço (RAS).

c) Proibição de abertura de curso obrigatório durante o período eleitoral, a não ser que haja pertinência temática com o pleito que se avizinha (ex. multiplicador de mesários, coordenação de Polo, etc).

d) Disponibilizar os materiais do "kit eleições" com antecedência, a exemplo do que ocorreu em 2020.

e) Priorizar aquisição de equipamentos realmente necessários para a consecução do pleito. O Kit JE Connect, para a maioria dos cartórios eleitorais, não demonstrou utilidade. Ao passo que não houve aquisição de leitor óptico para conferência de entrada e saída de UEs dos Polos, de excelente custo-benefício.

Breve descrição do que foi debatido:

O tema foi debatido entre os integrantes.

Deliberação:

Deliberado pelo encaminhamento das demandas para Assessoria de Planejamento de Eleições, em conjunto com uma solicitação de consulta as Zonas Eleitorais de itens/equipamentos que consideram primordiais que possam ser contratados.

V - Mapeamento participativo da estrutura física das unidades Cartorárias, a fim de identificar inconformidades com padrões mínimos de funcionamento, estabelecidos pelas próprias unidades técnicas do Tribunal, a exemplo de tamanho mínimo dos imóveis onde funcionam os juízes, viabilizando a propositura de soluções para os problemas levantados. Muitos Cartórios funcionam, atualmente, em unidades menores do que o apropriado e em condições de latente insalubridade, a exemplo de banheiros impróprios para uso.

Breve descrição do que foi debatido:

O tema foi debatido entre os integrantes.

Deliberação:

Solicitar a realização de um estudo para identificar os Cartórios Eleitorais que não possuem um padrão mínimo de estrutura.

VI - Integração dos sistemas de diligências com o PJe, de acordo com convênios já firmados pelo CNJ, a exemplo do SISBAJUD.

Breve descrição do que foi debatido:

O assunto foi debatido pelo integrantes.

Deliberação:

Solicitar a Presidência do TRE que seja firmado convenio entre TRE e TJ para que os sistemas SISBAJUD e PJE fiquem integrados.

VII - Novos campos de preenchimento no RAE:

a) Com a reabertura do cadastro eleitoral no dia 08/11, os servidores ficaram surpresos com a inclusão dos campos de preenchimento obrigatório: identidade de gênero, intérprete de libras, raça ou cor, etnia, língua indígena, quilombola e língua quilombola. Não houve informação nem orientação oficial quanto à disponibilização desses campos. Sobre o campo "identidade de gênero", vários chefes de cartório e servidores relataram certo constrangimento para efetuar a pergunta aos eleitores, sendo que a maioria dos eleitores que foram perguntados também demonstraram constrangimento e/ou desconfiança sobre a questão. Nos estritos limites de um cadastro eleitoral não vislumbramos o motivo de tais perguntas obrigatórias. O direito resguardado e garantido é o da cidadania. E na Carta Magna, esses assuntos não estão entre os requisitos para ser cidadão. Caso haja argumentação plausível para que esses campos continuem, não deveriam estar entre os de preenchimento obrigatório, como ocorre com o campo para marcação de deficiência e seção especial.

b) Campo "CONTATO" com as perguntas:

- Aceita receber mensagens eletrônicas da Justiça Eleitoral no celular?
- Aceita receber e-mail da Justiça Eleitoral?

Isso inviabiliza boa parte das convocações para os trabalhos eleitorais, que foram massivamente realizadas no território nacional ou por whatsapp ou por e-mail.

Breve descrição do que foi debatido:

O tema foi debatido entre os integrantes.

Deliberação:

Solicitar à VPCRE a regulamentação para que o termo de opção de recebimento de e-mail contido no RAE não se aplique as notificações/intimações relacionadas a convocação dos eleitores para as eleições.

VIII - Sugestões de cursos relacionados às atribuições exercidas pelos servidores dos Cartórios Eleitorais, a fim de melhorar o desempenho do 1º Grau.

Breve descrição do que foi debatido:

Foram sugeridos os seguintes cursos:

LGPD aplicado na pratica na Justiça Eleitoral
Curso de redação oficial
Curso de ambientação das rotinas cartorárias
Curso de atendimento de minorias

Deliberação:

Foi deliberado pelo encaminhamento de solicitação dos cursos indicados.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.